

A noção de gênero na Clínica da Atividade de Yves Clot e seu aspecto não-representacional

The notion of gender in the Clinic of the Activity of Yves Clot and its non-representational aspect

Gilbert Cardoso Bouyer *

Departamento de Engenharia de Produção (DEENP), Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Campus João Monlevade, João Monlevade, MG, Brasil.

Resumo

Este artigo faz uma revisão do conceito de gênero da Clínica da Atividade de Yves Clot. O objetivo é demonstrar que a noção de gênero é incompatível com a ideia de representação mental do cognitivismo. Os operadores não agem com base em representação mental, mas sim com base no conjunto de regras e normas tácitas do gênero. Eles não representam um mundo exterior objetivo como se a mente o espelhasse. Na verdade, eles sentem, percebem e agem de acordo com o seu gênero, que funciona como um guia para a ação eficaz sem a necessidade de uma representação mental. A mente não realiza um processamento de símbolos como um computador, mas funciona amparada pelo gênero enquanto uma categoria social e histórica que apoia a ação individual dentro de um coletivo.

Palavras-Chave: clínica da atividade; representação mental; gênero.

Abstract

This article reviews the gender concept of Yves Clot's Activity Clinic. The goal is to demonstrate that the notion of gender is incompatible with the idea of mental representation of cognitivism. Operators do not act on the basis of mental representation but rather on the basis of the set of rules and tacit norms of the genre. They do not represent an objective outer world as if the mind would mirror it. In fact, they feel, perceive and act according to their genre, which acts as a guide to effective action without the need for mental representation. The mind does not perform a symbol processing as a computer, but it works supported by the genre as a social and historical category that supports individual action within a collective.

Keywords: activity clinic; mental representation; gender.

* **D.C.G. C. Bouyer** - Endereço para correspondência: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Campus João Monlevade-MG/ICEA/DEENP, Rua Trinta e Sete, 115, Loanda, João Monlevade, MG. CEP: 35931-006. E-mail: gilbertcb@uol.com.br

Introdução

Neste texto, será detalhado o conceito de gênero formulado por Yves Clot (Clot, 2006), em sua Clínica da Atividade, e será demonstrado como tal conceito rompe com a ideia de representação mental abordada nos primórdios das Ciências Cognitivas (Varela, 1994). Para cumprir os objetivos deste trabalho, foi necessário tomar diversas conceituações que o autor fornece para este termo. Logo, as citações, em alguns trechos, necessitaram ser longas e um pouco exaustivas, mas com o firme propósito de deixar fluir a própria linguagem e as próprias expressões de Yves Clot quanto ao conceito de gênero. Em seguida, demonstrou-se como o conceito de gênero rompe com a noção de representação mental, algo relevante para as Ciências Cognitivas, para a Psicologia Cognitiva e para a Psicologia do Trabalho. Por exemplo, quando ocorre um acidente de trabalho, é muito comum que os engenheiros e administradores não compreendam as ações dos operadores que culminaram com o dito acidente. Isso ocorre porque essas duas categorias estão situadas em gêneros distintos e, assim sendo, não compartilham de percepções comuns, nem de linguagens e esquemas de compreensão da realidade.

Essa distinção de compreensão do fenômeno acidente de trabalho demonstra que o mundo objetivo não pode ser representado, na mente, como se esta o espelhasse tal qual como o é objetivamente. Não. Na realidade, as percepções são distintas porque os sujeitos habitam mundos comuns distintos (Pastré, 2005), e daí surgem interpretações distintas e compreensões distintas para um mesmo fenômeno do real do trabalho. Isso é grave e merece atenção da Psicologia do Trabalho porque envolve as dificuldades de se obter um consenso na linguagem sobre o sério problema de um acidente de trabalho. Com a noção de gênero, da Clínica da Atividade, é possível compreender porque este problema ocorre e, também, visualizar propostas metodológicas para a sua solução, como as fornecidas pelo próprio ferramental metodológico da Clínica da Atividade, como a autoconfrontação cruzada (Clot, 2006).

O gênero é um interposto social a mediar a ação sobre os objetos e instrumentos e as relações entre sujeitos. Ele ampara um coletivo em suas atividades, enquanto um repertório de regras tácitas adequadas para cada situação de trabalho em questão. Ele poupa a cognição porque não impõe que seja elaborada uma representação mental pelos agentes, mas, contrário a isso, funciona como o suporte que permite à ação ser corretamente efetuada, de forma tácita e, muitas vezes, sem a necessidade de uma verbalização sobre o que foi feito. Um gênero existe para o agir e, deste modo, guia e apoia a ação, de forma segura e eficaz, numa determinada situação. Trata-se de um manancial de formas de agir, em consonância com tal ou qual situação, que guia os sujeitos num fluxo de ação adequada ou *transparency* (Varela, 1999), também conhecida como *Umsicht* (Heidegger, 1926/2005). A Clínica da Atividade oferece uma descrição diferente para a relação entre sofrimento e trabalho. Diferentemente da Psicodinâmica do Trabalho, a Clínica da Atividade propõe que o sofrimento resulta da impossibilidade de comunhão no gênero. Quando o gênero se vê dilacerado, o sujeito se vê à deriva, sem saber como agir e como se comportar. Sente-se enfraquecido e sem apoio do seu coletivo de trabalho. Isso gera um sofrimento profundo, do mesmo modo que ocorre, também, quando o sujeito se vê bloqueado de agir pelas restrições e limitações do seu poder de agir. Isso pode ser verificado nas situações de terceirização, quando trabalhadores de outra empresa invadem e rompem com o coletivo da empresa contratante,

fragmentando o gênero dantes existente e operante. Ocorre também nos casos de demissão em massa de trabalhadores, gerando a dilaceração dos coletivos de trabalho e seu gênero formado ao longo de uma verdadeira história de partilhas.

O gênero, a cognição e a representação

A Clínica da Atividade de Yves Clot faz um uso extenso da noção de gênero, como será apresentado neste artigo. Para isso, serão transcritas algumas das várias definições de gênero que são oferecidas pelo autor. Acredita-se que tal conceito contrapõe-se a ideia de representação mental do cognitivismo e do realismo representativo (Varela, 1994; Varela, Thompson & Rosch, 1993).

O gênero pode ser visto também, tal como na fenomenologia, como algo que é puramente vivenciado no mundo do trabalho, não podendo ser transposto para a forma de uma representação mental. Os trabalhadores habitam e vivenciam o gênero, não tendo como sair dele para elaborar uma descrição de suas ações independente deste mundo comum (Pastré, 2005) vivenciado em atividade. A ideia de um mundo que está “lá fora” pronto para ser representado contradiz a noção de gênero da Clínica da Atividade. Sujeito (da ação) e mundo estão acoplados um ao outro, não sendo possível a descrição de um independente do outro. O gênero mantém viva essa ideia de acoplamento estrutural, ao propor que uma ação não ocorre com base em representação mental, mas sim com base num repertório (ou interposto) simbólico que confere significado à ação individual no cerne de um coletivo de trabalho dotado de história.

Somente se valem de um mesmo gênero aqueles que partilham de um mesmo horizonte profissional. Estes vão ter percepções comuns sobre um mesmo aspecto da realidade e vão se valer delas para efetuar sua ação. Um suporte coletivo e histórico para a ação individual, um interposto entre os sujeitos do trabalho e entre estes e o objeto da atividade - eis o gênero:

Meio de ação para cada um, o gênero é também história de um grupo e memória impessoal de um local de trabalho. Diremos às vezes simplesmente gênero, para abreviar. Mas sempre se tratará das atividades ligadas a uma situação, das maneiras de “apreender” as coisas e as pessoas num determinado meio. A esse título, como instrumento social da ação, o gênero conserva a história. Ele é constitutivo, dessa perspectiva, da atividade pessoal que se realiza através dele. [...] um grupo não é uma coleção de indivíduos, mas uma comunidade inacabada cuja história define também o funcionamento cognitivo coletivo (Clot, 2006, p. 38).

Devido à existência do gênero, não é necessário planificar (ou representar), a todo momento, a atividade a ser realizada. As maneiras de apreender as coisas já se encontram disponíveis neste instrumento social da ação. As formas de agir estão alojadas no gênero. Ele vai funcionar como um anteparo para o agir individual e coletivo. Esse agir não se funda numa representação do mundo exterior pelo agente, mas sim numa vivência de um repertório tácito de regras e normas para a ação que não requerem a construção de um plano objetivado. Um gênero permite que a ação flua, de forma quase espontânea, numa dada situação. Ele vai se inserir na vivência do sujeito assim como este se insere na partilha do gênero como modo de guiar a atividade sem que se saiba explicar o “como” e o “porque”. Há um funcionamento cognitivo coletivo que poupa o indivíduo de ter que recriar as formas de ação em todas as situações.

Denomina-se aqui gênero o que foi indicado anteriormente como um corpo intermediário entre os sujeitos, um interposto social situado entre eles, por um lado, e entre eles e o objeto de trabalho, por outro. De fato, um gênero sempre vincula entre si os que participam de uma situação, como co-autores que conhecem, compreendem e avaliam essa situação da mesma maneira [...] a parte subentendida da atividade é aquilo que os trabalhadores de um meio dado conhecem e vêem, esperam e reconhecem, apreciam ou temem; é o que lhes é comum e que os reúnem em condições reais de vida; o que eles sabem que devem fazer graças a uma comunidade de avaliações pressupostas, sem que seja necessário re-especificar a tarefa cada vez que ela se apresenta. É como uma senha conhecida apenas por aqueles que pertencem ao mesmo horizonte social e profissional. (Clot, 2006, p. 41).

A ação sobre o objeto de trabalho é mediada pelo gênero, como um interposto social. O objeto não é percebido da mesma forma entre os que partilham de um mesmo gênero (operadores, agentes) e os que se situam fora dele (observadores: gestores, consultores, administradores, etc.). Isso gera dificuldades de consenso e intercompreensão na linguagem quando da ocorrência de um incidente ou acidente de trabalho. Os operadores possuem seus referenciais próprios específicos (gênero) que não são compartilhados pelos observadores. O gênero agrupa os que participam de uma situação e a conhecem, compreendem e avaliam da mesma maneira. Não é necessário re-especificar a tarefa a cada vez que ela se apresenta, como afirmado na citação anterior. Os que pertencem a um mesmo horizonte social e profissional possuem um ver, esperar, avaliar e reconhecer em comum.

Essas avaliações comuns subentendidas assumem nas situações incidentais uma significação particularmente importante. Com efeito, para serem eficazes, elas são econômicas e, na maioria das vezes, sequer são enunciadas. Entraram na carne dos profissionais, pré-organizam suas operações e seu comportamento; elas se acham de algum modo soldadas às coisas e aos fenômenos correspondentes. Eis por que não requerem formulações verbais particulares. O interposto social do gênero é um corpo de avaliações comuns que regulam a atividade pessoal de maneira tácita. Quase ousaríamos escrever que é a “alma social” da atividade (Clot, 2006, p. 41-42).

O que significa dizer que as avaliações comuns subentendidas são econômicas? Significa que o gênero não opera por meio de representações mentais, economizando a cognição dos operadores ao oferecer formas de agir que podem ser apropriadas pelos indivíduos (agentes, operadores) de um dado coletivo, enquanto avaliações comuns que regulam a atividade de maneira tácita como a “alma social” da atividade, nas palavras do autor. O que são essas *noções de representação mental*? São pressuposições de que um operador, em atividade de trabalho, age conforme espécies de mapas mentais objetivistas que vão corresponder ao mundo exterior como se o espelhassem. Significa afirmar, portanto, que o operador captaria sinais de um mundo exterior para, posteriormente, elaborar as ditas “representações” que o permitirão conduzir-se em atividade. Isso, segundo a noção de gênero, não ocorre. O operador age, percebe, sente de forma interdependente sem elaborar uma representação proposicional planejada para agir.

As ciências cognitivas afirmam veementemente que a mente humana não opera por representações (Petitot, Varela, Pachoud & Roy, 1999). Representação é espelhamento e a ciência afirma que isso não ocorre na mente. Ou seja, o que está dentro da mente não é um espelhamento de um mundo exterior objetivo, e sim uma construção singular de um agente singular, em consonância com seu gênero. A mente não é uma caixa processadora de informações similar a um sistema receptor de “inputs” e emissor de “outputs”. A atribuição

de sentido e de significado às situações depende do sujeito e de suas estruturas cognitivas, de seus esquemas, e não do mundo exterior repleto de objetos, artefatos e instrumentos:

Porque a situação nunca é definida apenas pelo objeto, ou melhor, a função de um objeto não é uma propriedade intangível deste. Ela vem igualmente de uma atividade de atribuição do sujeito. O lugar de um instrumento na ação é uma característica do sujeito e não diretamente do artefato (meio material ou simbólico). A existência de catacreses confirma a instituição pelo sujeito de meios adaptados aos propósitos que ele procura realizar. [...] O artefato não é em si um instrumento ou componente de um instrumento (mesmo quando foi concebido de início para isso), sendo instituído como instrumento pelo sujeito que lhe dá o estatuto de meio para atingir os objetivos da sua ação. [...] Mas um mesmo artefato pode tornar-se um instrumento extremamente diferente de sujeito para sujeito (Clot, 2006, p. 120).

Logo, não existe um instrumento universal, percebido de forma única por qualquer agente. A ação é perceptivamente orientada (Merleau-Ponty, 1945/2005), o que contradiz o cognitivismo, o objetivismo e o realismo representativo. A configuração do instrumento, conforme a citação anterior, é uma atribuição do sujeito (agente), em conformidade com as características de uma ação situada e incorporada ao mundo do trabalho, ao contexto da atividade. A ideia de um mundo objetivo universalmente percebido por qualquer sujeito é contestada por Yves Clot, ainda que em termos diferentes. Para ele, conforme anteriormente afirmado em suas próprias palavras, “O artefato não é em si um instrumento ou componente de um instrumento (mesmo quando foi concebido de início para isso), sendo instituído como instrumento pelo sujeito que lhe dá o estatuto de meio para atingir os objetivos da sua ação”. O artefato é instituído como instrumento pelo próprio sujeito. Um instrumento não é portanto objetivamente constituído, mas sim subjetivamente configurado pelo sujeito que lhe singulariza como meio para alcançar os objetivos da ação.

Não há, portanto, como se postular a ideia de representação mental como um espelhamento de um mundo objetivo por sujeitos distintos uma vez que o mundo é um existencial (Merleau-Ponty, 1945/2005), uma construção particular de sujeitos singularmente situados no “seu ambiente” de ação incorporada em situações específicas da atividade em curso. Postular a ideia de representação mental significaria afirmar que agentes distintos, situados em “mundos distintos” ou *Umwelts* distintos (Merleau-Ponty, 1945/2005) perceberiam os mesmos fatos de forma idêntica. Isso não ocorre. Tal hipótese é validada pelas situações de acidentes de trabalho, nas quais “ninguém se entende”. Os gestores e administradores tendem a explicar o acidente com base em seu ponto de vista baseado nas leis das ciências da natureza, enquanto que os operadores vão oferecer uma descrição absolutamente distinta, baseada em suas vivências – *erlebnis* (Husserl, 1913/1972; Dilthey, 1894/2002) e calcada em saberes tácitos de difícil conversão para o plano da linguagem.

A hipótese objetivista/representacionista, que não se sustenta, é a de captação de estímulos do ambiente enquanto processamento de informação vinda do exterior (“inputs”), tratados no interior do sistema (elaboração de representações pela mente) e seguidos da emissão das informações processadas (“outputs”). Essa hipótese afirma que a percepção ou o processamento da informação são fenômenos universais, objetivos e independentes do agente (sujeito) que “age”. Ou seja, se a hipótese for aceita, significa afirmar que o estímulo é percebido e interpretado, da mesma maneira, por diferentes agentes. Essa hipótese não foi confirmada na prática. Os dados coletados e analisados em outros diversos estudos indicaram que o “processamento da informação”, enquanto um fenômeno universal e objetivista, na realidade, não existe. As construções cognitivas (ou elaborações...), baseadas na percepção,



utilizadas para a tomada de decisão e para moldar a ação, e os próprios fenômenos de percepção dependem, todos eles, concretamente, da *atuação* do agente: sua forma de inserir-se no processo, de deixar-se “guiar” pelo fluxo da ação dentro de uma “visão de conjunto” moldada pela interação entre os gestos, o instrumento e a situação – o que se define por “*transparency*” (Varela, 1999); seus gestos, seu corpo e movimentos no espaço físico (Thompson, 2005), sua linguagem incorporada ao processo, suas aquisições cognitivas (habilidades e saberes “incorporados” ou corporificados, atrelados ao corpo que exerce atividade de trabalho...). A esta propriedade de acoplar-se à situação e ao contexto, amalgamando fenômenos cognitivos dependentes de corpo e mente, aos fenômenos determinados pela situação de trabalho, segundo noção de “*embodied action*” (Petitot et al., 1999), ou “*ação incorporada*”, dá-se o nome de “*atuação*”. Logo, a ação, cognitivamente, não é coordenada pela noção de “*representação*”, mas sim pela noção de “*atuação*”.

Isso parece estar de acordo com a noção de gênero pois este é um meio no qual estão incorporados os sujeitos da ação e da atividade. Ele constitui um precedente para a atividade em curso e permite aos que nele estão atrelados possuir elementos comuns de avaliação e de percepção. Logo, agentes situados fora de um dado gênero não possuem as mesmas percepções, avaliações e constatações dos agentes (sujeitos) situados num mesmo gênero.

De fato, o gênero pode definir-se como o conjunto das atividades mobilizadas por uma mesma situação, convocadas por ela. Ele é uma sedimentação e um prolongamento das atividades conjuntas anteriores e constitui um precedente para a atividade em curso: aquilo que foi feito outrora pelas gerações de um meio dado, as maneiras pelas quais as escolhas foram decididas até então nesse meio, as verificações às quais ele procedeu, os costumes que esse conjunto enfeixa (Clot, 2006, p. 44).

Não existe, portanto, um mundo exterior universalmente percebido e “*representado*” independentemente do agente, e seu gênero, que percebe e “*representa*”. Aquilo que vai ser percebido depende, ontologicamente, do modo de “*atuar*” do agente, ou seja, do modo incorporado mediante o qual ele faz uso do gênero. O gênero impede o emprego de representações mentais ao se constituir como um precedente para a atividade em curso, organizando e delineando, sem um mapa mental, as escolhas, avaliações e decisões num meio dado.

Os elementos de percepção, convencionalmente tratados como os “estímulos” da produção, não são universais, como defendem as teorias cognitivistas da “representação mental” (p. ex.: sinais de panes, indícios de falhas e desvios de qualidade, elementos indicadores da ocorrência de eventos). Estes estímulos e sinais não são independentes da *atuação* do agente guiada pelo gênero. É o gênero que permite a percepção correta destes sinais. Não faz sentido postular a existência de um conjunto de elementos de percepção objetivos, invariáveis e independentes da *atuação* e do gênero do agente que os percebe, conforme o modelo representacionista/objetivista/cognitivista crê.

[...] conservaremos aqui o conceito de gênero que visa também a pensar as maneiras sociais de falar e de tocar de um dado meio profissional. Os gêneros momentaneamente estabilizados são uma maneira de saber postar-se no mundo e de saber como agir [...] Os gêneros assinalam a pertinência a um grupo e orientam a ação oferecendo-lhe, fora dela, uma forma social que a representa, precede-a, prefigura-a e, por isso, a significa. Eles designam as viabilidades tramadas em formas de ver e de agir sobre o mundo, consideradas justas no grupo dos pares num momento dado. Num meio profissional, nunca se abandona sem consequências a ideia de partilhar formas de vida em comum, reguladas, reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias (Clot, 2006, p. 47).

Um operador sabe, de modo espontâneo em conformidade com o gênero, como postar-se e comportar-se, como agir, numa dada situação, sem que precise, para tal, elaborar um mapa mental ou representação. O gênero é um repertório comum para a ação individual incorporada (Varela, Thompson & Rosch, 1993), conduzindo as formas de perceber, ver e agir partilhadas pelo coletivo. Num meio profissional específico, estas são reforçadas pelas circunstâncias e pelo uso. Trata-se de uma abordagem econômica da cognição em que os comportamentos se harmonizam com o fluxo da ação incorporada, ou *transparency* (Varela, 1999), permitindo que a atividade ocorra espontaneamente, sem a necessidade de uma planificação plenamente consciente e sem a elaboração de mapas mentais ou representações.

Não é, portanto, possível falar de um “mapa” ou “*modelo mental*” (representação) que corresponda, no interior da mente, ao mundo objetivo situado em seu exterior. Um operador não se guia desta forma na situação. Na verdade, aquilo que está posto no mundo exterior só pode ser percebido, de forma muito singular, conforme a própria noção de gênero, que ampara a singularidade do operador e sua “*atuação*”. O ambiente não é um background de estimulações e sinais idêntico para dois seres distintos, posto que um estímulo ou sinal nunca é percebido e compreendido conforme suas características intrínsecas, mas sim conforme as características do operador, de sua atuação em sua atividade de trabalho, e de seu gênero partilhado com os outros. As percepções são ainda afetadas pela história singular do sujeito, por suas transformações ontogenéticas no interior de um dado processo de trabalho, arregimentadas pelo gênero.

Pois um gênero é feito justamente para manter-se, em todos os sentidos do termo. Com ele, chegamos a adaptar-nos ao “diapasão” profissional. Sempre que ele não existe ou se acha maltratado, a vida psíquica pessoal é atingida. Isso é particularmente observável nos momentos de ruptura social ou técnica (Clot, 2006, p. 48).

A relação entre vida psíquica e gênero é algo que merece destaque no campo da Clínica da Atividade e, de uma forma mais ampla, na psicologia do trabalho. Quando o gênero é violado (“maltratado” na citação anterior) a vida psíquica pessoal é atingida. Isso já pode ser verificado no caso da segurança do trabalho, que se vê abalada nas situações de terceirização da mão de obra, ao se efetuar a troca de operadores experientes pelos jovens aprendizes de uma empresa terceirizada. Neste caso, o gênero é fragmentado e as consequências são maiores riscos de acidentes, por um lado, e, por outro, aumento da carga psíquica do trabalho para os que sobrevivem (permanecem). O mesmo ocorre nos casos de demissão em massa de trabalhadores. Aumentam os casos de problemas de qualidade e de incidentes na produção. São situações nas quais o gênero fracassa. E o seu fracasso reflete na produção, na qualidade, na segurança e em demais aspectos cruciais de um processo produtivo.

Para a Clínica da Atividade de Yves Clot, diferentemente da psicodinâmica do trabalho de Christophe Dejours, o sofrimento é gerado pelo constrangimento (“*contrainte*”) ao uso do gênero em atividade de trabalho. Conforme afirmado pelo autor, a vida psíquica sempre é atingida quando o gênero é “maltratado”, restando o sofrimento atrelado às restrições do poder de agir (Clot, 2006). Nas situações de terceirização e de demissão em massa, um coletivo que antes vivia em uníssono pelo amálgama do gênero se vê fragmentado e, portanto, escancarado ao sofrimento psíquico. O corpo simbólico, enquanto um interposto entre os sujeitos, e entre eles e o objeto de suas ações, fragmenta-se, deixando os agentes como que à deriva. Tornam-se então escassos os recursos para enfrentar o real do trabalho,

com sua facticidade (empecilhos, dificuldades, contratempos, impedimentos, imprevistos, etc.).

Numa perspectiva psicológica deliberadamente desenvolvimental, é possível portanto reter aqui a ideia de que um corpo simbólico se interpõe tanto entre os homens quanto entre eles e o objeto de suas ações. Esse corpo simbólico lhes serve de recurso para enfrentar o real ao lhes garantir uma relação controlada com o real. Esse interposto social não é apenas uma restrição, mesmo que organize obrigações que se impõe a todos. É igualmente um traço de união e um conjunto de recursos graças aos quais a ação individual é testada e avaliada, constituindo, por conseguinte, um conjunto de forças propulsoras para o seu desenvolvimento (Clot, 2006, p. 49).

A ação individual necessita do amparo do gênero. Ela não se baseia numa representação mental, mas sim num alicerce coletivo que a fornece suporte para ser bem-sucedida. O gênero é este traço de união, conjunto de recursos para a ação e seu desenvolvimento. Ninguém representa mentalmente (como se a mente espelhasse o mundo objetivo exterior) a ação a ser executada. Ao invés disso, o sujeito vivencia seu mundo de atuação com base no gênero do qual faz uso, sem uma planificação consciente dos atos no ambiente de trabalho. A vivência (Dilthey, 1894/2002; Husserl, 1913/1972) do trabalho dificilmente pode ser transcrita numa linguagem convencional, mas antes da linguagem existe o gênero operando, de forma tácita, permitindo que soluções eficazes sejam adotadas sem serem verbalizadas. Por isso, pode-se dizer se tratar de algo puramente vivenciado. Um gênero dificilmente é transposto em forma de palavras e, muito menos, na forma de mapas mentais objetivistas para a ação eficaz. Ele simplesmente opera no silêncio de seus usos a fornecer um suporte mudo e tácito para a realização do trabalho com segurança, quantidade, qualidade, alcançando os índices demandados pela tarefa prescrita.

Sem o gênero, resta somente o sofrimento de não poder estar certo da forma correta a agir. Coloca-se o sujeito numa absoluta escuridão na qual não se sabe mais se os atos vão se tornar eficazes ou não. A incerteza domina o ambiente, jogando os sujeitos para a dúvida e a insegurança relativas ao como agir. Isso se traduz num sofrimento absurdo, no qual as formas de se trabalhar tornam-se incertas e o sujeito não enxerga mais os modos corretos para sua ação, dantes amparados pelo gênero. Enquanto sistema aberto de regras impessoais não escritas, é o gênero que fornece sentido para o uso dos objetos e o intercâmbio entre os agentes do trabalho. Com a fragmentação do gênero pelas empresas, o uso dos objetos e o intercâmbio entre os sujeitos se vêm abalados, permeados pela dúvida e pela incerteza, acarretando, assim, um sofrimento que pode levar a uma descompensação psíquica. Quando o gênero falha, é o coletivo que falha em sua função de amparar as atividades individuais. Vale então rever o que o próprio Yves Clot afirma quanto ao gênero:

Quanto ao gênero, este não é senão o sistema aberto das regras impessoais não escritas que definem, num meio dado, o uso dos objetos e o intercâmbio entre as pessoas; uma forma de rascunho social que esboça as relações dos homens entre si para agir sobre o mundo. Pode-se defini-lo como um sistema flexível de variantes normativas e de descrições que comportam vários cenários e um jogo de indeterminação que nos diz de que modo agem aqueles com quem trabalhamos, como agir ou deixar de agir em situações precisas; como bem realizar as transações entre colegas de trabalho requeridas pela vida em comum organizada em torno de objetivos de ação. Trata-se das regras de vida e de ofício destinadas a conseguir fazer o que há a fazer, maneiras de fazer na companhia dos outros, de sentir e de dizer, gestos possíveis e impossíveis dirigidos tanto aos outros como ao objeto. Trata-se por fim das ações que um dado meio nos convida a realizar e aquelas que ele designa como incongruentes ou fora de lugar; o sistema social das atividades reconhecidas ou interditas num meio profissional dado. (Clot, 2006, p. 50)

O gênero abriga regras tácitas que permitem fazer o que há a fazer. Ele modula a relação com o objeto e com os outros. Qual ação a realizar, ou qual deixar, é delimitado pelo gênero. Um conjunto de atividades permitidas são afirmadas por ele, o qual especifica também aquelas que estão interditas. Trata-se de um funcionamento dinâmico do gênero a regular o funcionamento cognitivo individual de forma econômica. Ou seja, ele conduz a ação sem que seja necessário aos agentes elaborar mentalmente todo o escopo de seu agir, como ocorreria caso existisse uma representação mental. O gênero faz a ação fluir, de modo que aparenta ser espontâneo, convidando os sujeitos a fazerem uso de seus esquemas incorporados, de manuseio dos instrumentos, adquiridos, assimilados e acomodados ao longo de uma história de vivência social num dado processo de trabalho. O uso do instrumento não é ditado externamente, mas como já foi dito, depende das especificidades do sujeito, de seus esquemas corporais, em consonância com a natureza intrínseca do gênero. Ou seja, o operador (sujeito, agente) não é guiado por informações externas que lhe chegariam como espécimes de “inputs” (estímulos) para processamento e posterior emissão de “outputs” (respostas) como faria crer o behaviorismo. Longe disso, a ação é governada pela atividade genérica em sintonia com os esquemas incorporados, sedimentados ao longo do tempo, que nela se tornam vivos e permitem a atribuição de significado e sentido aos eventos da produção.

O gênero organiza a reciprocidade dos lugares e funções ao definir as atividades independentemente das propriedades subjetivas dos indivíduos que as realizam num momento específico. Ele não regula diretamente as relações entre as pessoas, mas antes as relações entre profissionais, ao fixar o “espírito” dos lugares como instrumento de ação: diz, sem o dizer, o que deve fazer em tal ou qual situação, o suposto desconhecido que jamais vamos conhecer. Ele representa o sistema simbólico com que a ação individual deve relacionar-se. Impõe-se aqui, no entanto, uma especificação: os gêneros que conservam o “espírito” dos lugares e a etiqueta a respeitar num dado meio não somente se acham disponíveis para os sujeitos como são dispostos por eles na ação. (Clot, 2006, p. 50)

Cabe ao gênero organizar os sujeitos e suas ações no interior de um coletivo. Ele possui a primazia sobre a consciência e sobre os esquemas e saberes corporificados que são, por ele, mobilizados para a realização eficaz da atividade ou para a sua não-realização conforme a situação de trabalho. Um gênero sempre vincula os possíveis da atividade, bem como as suas impossibilidades. É pelo gênero que os sujeitos sabem como se comportar e como não se comportar numa dada situação. Ele é extremamente eficaz em fomentar os usos corretos dos instrumentos nos momentos e locais adequados. Trata-se de um sistema simbólico, histórico e social, para uso da ação individual. Ele constrói o rumo da cognição dos indivíduos, num fluxo de ação incorporada ou *transparency* (Varela, 1999), enquanto um repertório cognitivo coletivo. Aquilo que é puramente vivenciado, no sentido de *erlebnis* (Husserl, 1913/1972; Dilthey, 1894/2002), tem sua gênese no gênero, que não necessita de uma explicitação verbal para sua ocorrência. Ele possui uma natureza tácita, implícita, que guia os sujeitos sem fazer uso de uma linguagem objetiva para tal. Mais uma vez, eles não são guiados por uma representação consciente da situação, mas sim pelo “espírito” implícito, subentendido, do gênero a modular comportamentos e respostas às situações produtivas.

Definimos o conceito de gênero como o dispositivo aberto de regras impessoais seguidas, ao menos por algum tempo, por um coletivo de trabalho no uso dos objetos e no intercâmbio entre os sujeitos. Essas regras não escritas – e essas traduções de regras oficiais – operam nos enunciados verbais e nos

instrumentos produzidos num meio profissional e que conferem a seu “falar” e a seu “tocar” um caráter original, bem além das ferramentas e dos signos utilizados. Como vimos, o gênero é feito para agir, se realiza na situação vivida, ou melhor, assume uma inflexão nesse momento. Disponível, os trabalhadores então dispõem dele para realizar a ação. Trata-se da instrumentação simbólica e técnica de um coletivo de trabalho que vivencia, por meio dela, as solidariedades reais ou malogradas de sua história passada e por vir (Clot, 2006, p. 153-154).

A ação se realiza sob o amparo do gênero. Ele opera o intercâmbio entre os sujeitos em atividade de trabalho e o uso dos objetos e dos instrumentos. O gênero instrumentaliza simbólica e tecnicamente um coletivo de trabalho. Ele ocupa o espaço das representações mentais, poupando a mente de ter que as elaborar, funcionando como um interposto ou um manancial de regras e enunciados que guiam o sujeito em seu agir. Um gênero se vivencia, não se representa. Ou seja, ele é vivenciado pelos sujeitos de um mesmo meio de trabalho, sem que os próprios sujeitos saibam como explicar, espontaneamente, literalmente como agem e porque agem. Por detrás de seus comportamentos está o gênero a gerir os possíveis e os impossíveis da ação eficaz.

A noção de representação mental falha epistemológica e ontologicamente diante do conceito de gênero. Não existe um mundo objetivo, indiferente da atuação do sujeito, para ser percebido, captado, processado e elaborado na forma de uma representação mental, como sustenta essa noção (Thompson, 2005). Ao invés disso, tem-se a vivência de uma dada situação, a vivência de seu gênero, que produz a ação sem nenhum traço de representação mental. O mundo vivenciado por dois sujeitos pertencentes a horizontes profissionais distintos é diferente. Isso explica porque quando ocorre um acidente de trabalho, os gestores, administradores e consultores vão ter uma percepção e uma “elaboração mental” completamente distinta das dos operadores agentes. Os gêneros a que se encontram vinculados são distintos e distintamente vivenciados.

Quando se fala de representação mental (Varela, 1994), fala-se de um espelhamento do mundo, tal como em si, no interior da mente. Isso faz crer que o mundo é objetivamente captado, percebido e “representado” de forma idêntica por dois sujeitos distintos, o que as ciências cognitivas já demonstraram ser falso (Petitot et al., 1999). O conceito de gênero só vem a confirmar que o mundo não é percebido da mesma maneira por agentes distintos. O gênero é uma construção singular de um coletivo muito específico. Sujeitos atuantes em (ou com) gêneros distintos vão ter percepções distintas, o que derruba a ideia de uma representação mental.

O gênero é um constructo histórico. Ele reúne socialmente os agentes dotados de história no processo de trabalho. Repertório de meios e formas de agir, ele não cabe em palavras de uma linguagem objetiva, mas funciona de modo tácito dispensando o uso de proposições verbais. Como diz Yves Clot, permite fazer sem o dizer. Os sujeitos se valem de seus artefatos, instrumentos e esquemas, inclusive os corporais, também históricos, por intermédio do gênero. Esses esquemas são também assimilados numa história de vivência do gênero, e isso adquire uma importância relevante para os operadores novatos, que vão aí encontrar espaço para seu desenvolvimento (cognitivo e da inteligência astuciosa).

Quando se diz que o gênero aniquila com a hipótese de representação mental, está a se afirmar que o mundo do trabalho é puramente vivência do gênero de pertença do sujeito. Os que partilham de um mesmo ambiente de trabalho partilham, também, um mesmo gênero. Portanto, eles vão agir modulados por esta noção, sem a necessidade de algo como uma representação mental objetivista para os guiar. Vão fazer uso de seus esquemas

incorporados para fazer emergir a ação correta em cada situação específica. Trata-se de um uso incorporado, situado e não-objetivista que, conforme já afirmado por Yves Clot anteriormente, depende do sujeito e de sua história de pertença ao gênero em questão. O trabalho geralmente envolve o uso de um saber tácito que não se traduz na linguagem da engenharia. Esse tipo de saber permite ultrapassar as normas e regras do trabalho prescrito para, no real do trabalho, agir com base no trabalho real, com suas transgressões, macetes, artimanhas e engenhosidade. O trabalhador é capaz de transgredir alguma norma, com seu saber corporificado, para poder fazer a própria norma alcançar o objetivo que fora previsto. Isso somente pode ocorrer quando a ação desfruta do amparo do gênero.

Considerações finais

Segundo a hipótese cognitivista (Varela, 1994, p. 29), a inteligência e a cognição funcionam como um computador, definidas pela computação de representações simbólicas.

Que significa exatamente a ideia: a cognição pode ser definida por computação? O tratamento computacional é uma operação efetuada por símbolos, ou seja, por elementos que representam aquilo a que correspondem. [...] O argumento cognitivista é o de que o comportamento inteligente pressupõe a faculdade de representar o mundo de uma certa maneira. Assim, não podemos explicar o comportamento cognitivo sem presumir que um agente reaja, representando os elementos pertinentes das situações em que se encontra. Na medida em que sua representação da situação é fiel, também o comportamento do agente será adequado, verificando-se, aliás, uma igualdade entre todas as coisas. [...] a hipótese cognitivista pretende que a única solução para explicar a inteligência e a intencionalidade reside na justificativa de que a cognição consiste em agir na base de representações que têm uma realidade física sob a forma de código simbólico num cérebro ou numa máquina. (Varela, 1994, p. 30-31).

Esta acepção de representação foi, no passado, aceita como hegemônica nas ciências cognitivas. A computação seria essencialmente simbólica, no sentido de que os símbolos possuem uma realidade simultaneamente física e semântica, sendo a computação condicionada por essa realidade semântica. A computação é, portanto, fundamentalmente representacionista. No entanto, um computador somente manipula a forma física dos símbolos. Logo, para o cognitivista representacionista, a cognição funciona pela computação física de símbolos. No entanto, embora a dimensão simbólica contenha uma realidade física, ela não é redutível ao nível físico. O cognitivismo postula, portanto, um nível simbólico distinto e irredutível. Para o cognitivismo, cognição é tratamento de informação: a manipulação de símbolos a partir de regras. Ela funcionaria por meio da representação e manipulação de elementos físicos descontínuos: os símbolos. O sistema interage apenas com os atributos físicos dos símbolos (sua forma) e não com seu sentido. Acredita-se que os símbolos são capazes de representar adequadamente qualquer aspecto do mundo real. O critério de avaliação da cognição é a representação adequada de um mundo exterior predeterminado. O mundo tal como percebido é independente daquele que percebe. Já foi dito, neste texto, que isso se choca com a noção de gênero (Clot, 2006) pela qual a percepção de aspectos da atividade de trabalho depende de características do sujeito acoplado a um determinado gênero.

A cognição não pode mais ser avaliada como a representação adequada de um mundo exterior predeterminado. Somente um mundo predefinido poderia ser representado. Mas não existe mundo predefinido. Sujeito e mundo são mutuamente especificados um ao outro.

O conhecimento não é um espelho da natureza. Vários pensadores mais recentes reconheceram o equívoco da representação ou, nas palavras de Francisco Varela:

Só nos mais recentes trabalhos de alguns pensadores continentais (particularmente M. Heidegger, M. Merleau-Ponty e M. Foucault) se dá início à crítica explícita da representação. Estes pensadores ocupam-se de todo o fenômeno da interpretação no seu sentido circular de ligação entre ação e saber, entre aquele que sabe e o que é sabido. Referimo-nos a esta circularidade total da ação/interpretação através do termo fazer-emergir. Além disso, porque esta perspectiva analítica se preocupa especialmente em fazer predominar o conceito de ação sobre o da representação, convém chamar a esta nova abordagem de enação. (Varela, 1994, p. 73-74).

O conhecimento está atrelado ao fato de ser o mundo inseparável do corpo do sujeito, de sua linguagem e de sua história social. Isso não pode ser definido por um conjunto de regras e de pressupostos porque depende da ação e da história. Não é possível ao sujeito (agente) excluir-se do mundo para dele elaborar representações que o espelhem, visto que sujeito e mundo são mutuamente especificados. Ele está imerso no mundo assim como o mundo está entranhado nele. Não existe uma representação pura do mundo, ideal, independente das estruturas ou esquemas do próprio sujeito. O contexto e o senso comum não são artefatos residuais que possam ser eliminados em prol de uma representação pura e fidedigna do mundo. O contexto - e no caso o gênero (Clot, 2006) – são a própria essência da cognição criadora.

Não existe representação do mundo exterior, mas sim uma co-criação de um mundo dependente do sujeito nele incorporado e de suas percepções. A afirmação de que o mundo, tal como é em si, é percebido pelo sujeito é falsa. O mundo não pode ser compreendido independente da história social do sujeito. Aquele que sabe e aquilo que é sabido, sujeito e objeto, são especificação recíproca e simultânea um do outro. Ou seja, o saber é ontológico.

A ideia de representação mental defende que o mundo é predefinido ou, em outras palavras, que suas propriedades preexistem antes da atividade cognitiva. Traz ainda a noção de que o mundo é, “em si”, universalmente percebido e traduzido em representações mentais idênticas por sujeitos distintos, o que viola a noção de gênero (Clot, 2006). Segundo a enação, mundo e sujeito não preexistem um ao outro, mas sim, são mutuamente especificados, pelo processo histórico contínuo da vida, que moldou o mundo por meio de um vaivém entre a atividade exterior e a interior. Isso derruba de vez os extremos do objetivismo e do solipsismo.

A ideia fundamental é, pois, que as faculdades cognitivas estão inextricavelmente ligadas ao historial da vivência, da mesma maneira que uma vereda anteriormente inexistente vai aparecendo conforme se caminha. A imagem da cognição que se segue não é a resolução de problemas por meio de representações, mas sim o fazer-emergir criador de um mundo [...] a representação já não tem um papel-chave, a inteligência já não se define como sendo a faculdade de resolver um problema, mas como a de penetrar num mundo partilhado (Varela, 1994, p. 88-89).

Penetrar num mundo partilhado. Eis a cognição. Eis o funcionamento cognitivo no interior de um gênero (Clot, 2006). Partilhar de um mesmo mundo comum (Pastré, 2005) é partilhar de um mesmo gênero, com seu cabedal de normas e regras implícitas, que permite agir mesmo que não se saiba dizer como. O mundo percebido é configurado pelo gênero, não sendo possível a elaboração de uma representação mental, independente dele, que corresponda ao mundo em si, tal como ele supostamente seria se isolado da existência do sujeito. Onde há a partilha do gênero não existe representação. Ele, conforme já foi dito, é

puramente vivenciado e exatamente por isso pode despertar os esquemas incorporados do sujeito para a ação eficaz. Onde existe vivência, no sentido de *erlebnis* (Husserl, 1913/1972; Dilthey, 1894/2002), também não há representação. O sujeito vivencia seu mundo de atuação, estando nele incorporado e impossibilitado de dele sair para elaborar uma representação deste mundo independente de si próprio. Assim, não se pode sair do gênero para enfrentar o real do trabalho, com toda sua facticidade, como se o gênero não existisse. Sujeito e gênero (ou mundo comum) formam um amálgama responsável por todos os atos cognitivos e toda a atividade de trabalho eficiente.

Referências Bibliográficas

- Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho*. (A. Sobral, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Dilthey, W. (2002). *Psicologia e compreensão: ideias para uma psicologia descritiva e analítica* (A. Morão, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1894)
- Heidegger, M. (2005). *Ser e Tempo: parte I* (M. S. C. Schuback, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1926)
- Husserl, E. (1972). *Ideas pertaining to a pure phenomenology and to a phenomenological philosophy, I, first book: general introduction to pure phenomenology* (W. R. Boyce Gibson, Trad.). New York: Collier Books. (Original publicado em 1913)
- Merleau-Ponty, M. (2005). *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard. (Original publicado em 1945).
- Pastré, P. (2005). Genèse et identité. In: P. Rabardel & P. Pastré (Orgs.). *Modèles du sujet pour la conception: dialectiques activités développement* (pp. 231-260). Paris: Octarès.
- Petitot, J, Varela, F. J., Pachoud, B. & Roy, J. M. (Orgs.). (1999). *Naturalizing Phenomenology: issues in contemporary phenomenology and cognitive science*. Stanford: Stanford University Press.
- Thompson, E. (2005). Sensorimotor subjectivity and the enactive approach to experience. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 6(3), 6-27.
- Varela, F. J. (1994). *Conhecer: as Ciências Cognitivas, tendências e perspectivas* (M. T. Guerreiro, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Varela, F. J. (1999). The specious present: a Neurophenomenology of time consciousness. In: J. Petitot, F. J. Varela, B. Pachoud & J. M. Roy (Orgs.). *Naturalizing Phenomenology: issues in contemporary phenomenology and cognitive science* (pp. 266-314). Stanford: Stanford University Press.
- Varela, F., Thompson, E & Rosch, E. (1993). *The Embodied Mind: Cognitive Science and human experience*. Cambridge: MIT Press.